

ATA DA NONAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 05-10-2017.

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Comandante Nádia, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio, Prof. Alex Fraga e Sofia Cavedon. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni e Tarciso Flecha Negra. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 014/17, discutido por Sofia Cavedon, Prof. Alex Fraga e Fernanda Melchionna, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 245, 256, 268 e 244/17, este discutido por Adeli Sell, e 249/17, este discutido por Aldacir Oliboni, e os Projetos de Resolução nºs 047 e 048/17; em 2ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 282/16 e 190, 200 e 251/17, este discutido por Aldacir Oliboni. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Sofia Cavedon, André Carús, Dr. Thiago, Prof. Alex Fraga, Airto Ferronato, Fernanda Melchionna e Rodrigo Maroni. Em prosseguimento, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, hoje destinado, nos termos do artigo 180, § 4º, do Regimento, a tratar de atividades desenvolvidas pelo Instituto da Mama do Rio Grande do Sul – Imama. Compuseram a Mesa: Cláudio Janta e Comandante Nádia, presidindo os trabalhos; Maira Callefi, Beatriz Moser e Altair de Canto, respectivamente Presidenta, Vice-Presidenta e Embaixadora do Imama. Após, o Presidente concedeu a palavra a Maira Callefi, nos termos do artigo 180, §4º, inciso I, do Regimento. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Comandante Nádia, Tarciso Flecha Negra, Aldacir Oliboni, Mônica Leal e Sofia Cavedon, nos termos do artigo 180, §4, inciso III, do Regimento. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e vinte e quatro minutos às dezesseis horas e vinte e seis minutos. A seguir, foi aprovado Requerimento de autoria de João Bosco Vaz, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia nove ao dia onze de outubro do corrente. Também, foi apregoado o Projeto de Lei do Legislativo nº 258/17 (Processo nº 2344/17), de autoria de Tarciso Flecha Negra. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudio Janta, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Às dezesseis horas e vinte e oito minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo, Cláudio Janta e Comandante Nádia e secretariados por

Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Esta Presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornarmos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 2183/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 244/17, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que inclui o evento Feira Brasileira do Varejo – Febravar – no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de julho.

PROC. Nº 2186/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 245/17, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, que denomina Rua Frederico Otávio Domingues Barbosa o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Novecentos e Quarenta, localizado no Bairro São Sebastião.

PROC. Nº 2240/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 249/17, de autoria da Ver^a Fernanda Melchionna e outros, que cria e declara como Área Especial de Interesse Social I (AEIS I) a Subunidade 73 na Unidade de Estruturação Urbana (UEU) 03 da Macrozona (MZ) 10 e define seu regime urbanístico.

PROC. Nº 2329/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 256/17, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Parque Adroaldo Streck o logradouro não cadastrado conhecido como Parque Cinco Mil e Oito, localizado no Bairro Campo Novo.

PROC. Nº 2455/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 268/17, de autoria do Ver. Dr. Thiago, que inclui a efeméride Dia Municipal de Conscientização e Orientação sobre o Câncer de Estômago no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 28 de setembro.

PROC. Nº 2557/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 014/17, que altera o art. 100 da Lei Complementar nº 790, de 10 de fevereiro de 2016, alterando o requisito para o provimento do cargo de Agente de Fiscalização para ensino médio completo.

PROC. Nº 2296/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 047/17, de autoria do Ver. Dr. Goulart, que concede a Comenda Porto do Sol ao senhor Cláudio Pires Ferreira.

PROC. Nº 2353/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 048/17, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que concede a Comenda Porto do Sol ao Comando de Policiamento da Capital (CPC) da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 2746/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 282/16, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que estabelece a entrada dos jogadores em campo acompanhados de 1 (um) cachorro de estimação por time, em partida de futebol entre o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense e o Sport Club Internacional - Grenal.

PROC. Nº 1636/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 190/17, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que proíbe manter animais presos em pátios com coleiras, correntes ou assemelhados.

PROC. Nº 1722/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 200/17, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que proíbe a criação de animais em sistema de confinamento.

PROC. Nº 2274/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 251/17, de autoria do Ver. André Carús, que declara como Área de Preservação Permanente (APP) parcela da Praça Lagos, proveniente do loteamento Vila Esplanada do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Colegas Vereadoras e Vereadores, senhoras e senhores que participam desta plenária, nesta quinta-feira. Hoje, em discussão preliminar de pauta, o meu colega Idenir Cecchim me dá a condição de fazer um debate que há muito venho fazendo e que hoje posso aprofundar aqui. O Vereador propõe que, no Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre, seja incluída a Feira Brasileira do Varejo – Febravar – no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010. Ontem, eu participei de um evento que é feito mensalmente pela FECOMÉRCIO, com a participação do Sindilojas, que é quem faz esse evento do varejo, além de outras entidades, e a gente discutiu o problema da informalidade. Eu dizia que, se querem combater as falcatruas, se querem ter um

comércio que paga impostos e que recolha ICMS, cuja parcela de 25% volta ao Município, valorizemos, portanto, a Feira Brasileira de Varejo, faça o Secretário de Segurança ajudar a Prefeitura e colocar ao lado do Leandro Lemos, que é o Secretário que está no lugar do Ricardo Gomes, nosso colega, para fazer a fiscalização de quem fornece mercadoria sem nota, mercadoria que vem não mais do Paraguai, vem do Porto de Santos. Todos os adereços, bolsas e coisas vêm pelo Porto de Montevideú. Eu sei, e não sou policial, não sou pago para isso, mas sei todas as galerias na Av. Voluntários da Pátria que se utilizam de um trabalho semi-escravo, onde as pessoas são obrigadas a vender sem carteira assinada, sem décimo-terceiro, sem férias, sem vale-transporte, sem vale alimentação. Esse é o debate. É importante que coloquemos essa efeméride, esse evento, no calendário? É importante. Mas que isso sirva, naquela semana, para fazer o debate que estou fazendo aqui. A Administração Pública Municipal diz que não há recursos. Pois se fiscalizasse os alvarás, se fosse via Junta Comercial e se chamasse a Secretaria da Fazenda do Estado para uma parceria de fato, não teria atraso de salário para professor, não teria salário atrasado para ninguém. Agora, eu fui a um evento, e nada como ir a uma atividade e ficar ouvindo. Na verdade, Sofia, escutando, porque eu sempre escuto, eu não apenas ouço. O Secretário do Transporte do Estado, diante de uma plateia de empresários, na segunda-feira, disse o seguinte: Os senhores estão bem, estamos pagando em dia as obras. Opa, pagando em dia as obras? Mas não pagaram R\$ 350 pilas para o pessoal do Estado? Isso é a realidade, é mais forte do que pronunciamentos, mais forte do que qualquer coisa escrita ou dita. Esse princípio da realidade, ser a verdade acima do que se fala e se escreve, eu já aprendi há muito tempo, e por isso estou aqui, primeiro, para aprovar e apoiar a iniciativa do colega Vereador, porque nós fomentamos as empresas legitimamente organizadas que pagam tributos, somos contra as falcaturas que são cometidas, temos endereços e sabemos onde estão, e cabe ao Poder público fazer o seu papel. Porque esta Câmara Municipal está fazendo o seu papel, é o Poder Legislativo, não sucumbe nem ao Judiciário, nem ao Executivo. A Câmara tem vez e voz.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Ver. Adeli. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo, caros colegas municipais e municipais que estão aqui como uma das atividades da heroica greve, heroica greve que eu sei que, para a tristeza de vocês, para a angústia de muitos e muitas, que a categoria municipal teve que deflagrar, na semana passada, e inicia hoje. Uma greve que é muito justa, como nós estamos em Pauta e um dos projetos de lei, ele altera - o cargo de agente de fiscalização, o requisito para o provimento do cargo de agente de fiscalização - para Ensino Médio completo, quer dizer, maior exigência para os agentes de fiscalização. Discutindo esse projeto é que eu quero refletir o que vocês estão vivendo. Nós fizemos ao meio-dia uma reunião que terminou agora, viemos

aqui correndo, da Comissão Especial, Presidente, que trata do projeto do funcionalismo. Um dos exemplos era dos funcionários de Ensino Médio o quanto perdiam se aplicados os projetos que estão aqui na Casa enviados pelo Prefeito Municipal. E é dramático o ataque à carreira do funcionalismo, à dignidade do funcionalismo. E nós refletimos lá, Presidente, colegas, qual é a discussão que o Prefeito Municipal fez? Qual é o debate, qual é o processo? Quem ele ouviu, para mandar para cá projetos como este aqui, o PLCE nº 011/17, e também os outros, como o que muda o tempo para pagar o salário para cinco dias úteis do mês subsequente e que autoriza, que formaliza, que institucionaliza o parcelamento criminoso de salário? Com quem ele discutiu? Com quem? Eu tenho certeza que esse projeto do ensino médio é uma construção antiga, uma discussão antiga dos fiscais, me lembro que nós já votamos uma luta dos fiscais, assim como cada vírgula que está na Lei nº 133, Luciano, como cada palavra, cada gratificação, cada regime, os critérios do regime, as implicações da dedicação exclusiva, tudo foi resultado de luta, de discussão com os governos. Se a gente pegar as leis que estão sendo alteradas, 1988, 1985, dois mil e não sei o que, é resultado de trabalho, resultado de luta. Ver. Bosco, o projeto de lei que muda a 133 é um projeto de lei que muda uma lei do ano do seu governo, do Governo Collares, da Secretária Neuza, foi quando eu entrei, me lembro de assembleias, processos, comissão de plano de carreira, a ATEMPA, o Simpa – aliás, era AMPA e transformamos em Simpa, eu participei daquilo. Agora, no ano passado, o Prefeito estava pagando uma consultoria que estava elaborando, estava refletindo plano de carreira, e os municipais estavam brigando porque não estavam participando a contento. O Município botou dinheiro para analisar plano de carreira, e, do nada, aparece, no fim da história, uma caneta, um reizinho mandando: “tira isso, bota aquilo, eu não gosto disso, eu não gosto daquilo, termina com aquilo, vou enxugar aqui, vou enxugar lá”. Como nós vamos, como Câmara, aceitar algo como isso na história da categoria municipal, algo que atinge 20 mil famílias? Hoje, ao meio-dia, estava com a Professora Rosângela – não sei se ela está aí –, uma professora da educação especial, ela já tem tempo para se aposentar, mas trabalha, Paulo Brum, com crianças especiais na Restinga, ela fez muitas especializações, nossa rede municipal tem um desafio enorme com a inclusão, porque tem que estudar muito cada síndrome, é difícil lidar, para beneficiar aquela criança; essa professora, na excelência em que ela está, se passar os projetos aqui, vai pedir aposentadoria para não ter reduzido em 50% o seu salário! Que interesse é esse do Prefeito Municipal de empurrar professores qualificados, assistentes administrativos, engenheiros, médicos e tantas profissões, precocemente, para uma aposentadoria no melhor momento de qualificação podendo prestar um serviço público qualificado? Então esta Câmara não pode ser conivente. Esse tipo de projeto não pode passar nesta Câmara, vamos devolvê-lo. Temos que exigir que o Prefeito dialogue; exigir que o Prefeito deixe de ser autoritário, arrogante, ele não é dono do mundo; exigir que o Prefeito valide as suas iniciativas com a cidade de Porto Alegre e com os municipais! Não passa aqui projeto sem esse respeito, sem parte da história, sem diálogo!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara, colegas municipais que estão começando a lotar as galerias, eu venho à tribuna neste período de Pauta também para comentar a respeito do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 014/17. No final da legislatura passada em que eu assumi como titular uma vaga na Câmara de Vereadores desta Cidade, eu pude acompanhar a movimentação dos agentes de fiscalização em busca de valorização e de qualificação do seu trabalho. Trabalho esse presente, praticamente, em todas as secretarias. São eles que, efetivamente, controlam as ações da Prefeitura, o cumprimento da Legislação, o cumprimento das regras básicas e, de certa forma, defendem o nosso bem-estar, a nossa saúde. Neste movimento, durante mais de uma vez, tentaram o convencimento da gestão passada de que a transformação do cargo de Agente de Fiscalização para uma carreira de nível superior agregaria qualidade aos serviços públicos prestados a esta Cidade. Houve esse entendimento por parte da Câmara de Vereadores, houve também este entendimento por parte da gestão passada. Este diálogo se estendeu por muitos meses, e tivemos como final a aprovação do projeto e a transformação, fazendo com que, para os próximos concursos públicos abertos pela Prefeitura desta Cidade, os postulantes ao cargo de Agente de Fiscalização devessem ter curso superior completo. As exigências e as necessidades destes cargos são muito grandes. E, portanto, exigir curso superior fazia com que nós tivéssemos um material humano mais qualificado para prestar o serviço para toda a população desta Cidade, eis que o atual governante de Porto Alegre, o Prefeito Marchezan Júnior, não tem esse entendimento. Talvez o Prefeito Nelson Marchezan Júnior acredite que o trabalho que prestamos à Cidade e a essa população possa ser colocado em segundo, terceiro ou quarto plano. Talvez ele pense que são serviços simples estes prestados aos porto-alegrenses. E, portanto, podem ser deixados de lado, que poderiam ser cumpridos por qualquer pessoa, sem nenhum tipo de exigência ou capacitação prévia. Essa é a cara, essa é a máscara do Prefeito. E eu lamento muito, porque o serviço público deve ser valorizado. A população precisa e merece respeito. São estes cidadãos que pagam os seus impostos e precisam de saúde, de educação, precisam de segurança, precisam de trabalho. Pois temos um alto índice de desempregados nesta Cidade. E tudo que o Prefeito manda para esta Câmara de Vereadores é atacando o funcionalismo. Ele propõe um Projeto de Lei, 14/17, que está em primeira sessão de pauta de discussão, que revoga a lei anterior, que rebaixa, mais uma vez, a atividade de fiscalização da nossa Cidade, para uma atividade de nível médio. Há necessidade? Não há um impacto financeiro. Não houve impacto financeiro nessa medida. O Prefeito faz isso por puro sadismo. É o que eu penso, em linhas grosseiras. Não aprofundi muito o meu raciocínio para tentar entender o que passa dentro da mente daquele indivíduo que ocupa o paço municipal atualmente. Mas, numa análise prévia, ele passa, ele transparece uma lógica de sadismo e com isso nós não

podemos concordar. Um grande abraço a todos os colegas municipais e seguimos na luta.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos os colegas municipais, municipais de Porto Alegre. Quero cumprimentá-los muito especialmente nesse dia que lamentavelmente chegamos na cidade de Porto Alegre. Antes de falar sobre os projetos que estão em pauta eu também queria cumprimentar as nossas mulheres do IMAMA, que fazem essas importantes campanhas contra o câncer de mama, estimulando e ajudando as nossas mulheres na prevenção; são guerreiras como são guerreiros os nossos trabalhadores da saúde, que estão paralisados no dia de hoje, junto com a SMED, DEMAE, DMLU, assistência social – ajudem-me porque são vários setores que paralisaram. E eu tive a oportunidade hoje, Presidente, Ver. Prof. Alex Fraga, de estar na caminhada da largada da greve que saiu do HPS até o paço municipal. Quero dizer que foi uma das mais lindas caminhadas na última década, da categoria que mostrou força, mostrou unidade, mostrou resistência em tempos tão difíceis. Em tempos tão difíceis que nós somos surpreendidos por um projeto como esse que faz um retrocesso – está em discussão geral de pauta, não tem nenhuma votação hoje; é um outro projeto, não os seis do pacote que também vou falar – que faz com que uma luta histórica dos colegas agentes de fiscalização retroceda. Havia tido uma conquista de muito anos no Município e o Governo manda na calada da noite um projeto como esse que retrocede essa conquista, mais uma vez sem nenhum diálogo, mais uma vez pegando a Câmara de surpresa, mais uma vez elegendo os servidores públicos municipais como inimigo. Eu ando profundamente indignada com o Governo, que não tem capacidade de explicar para a população que não está cumprindo as suas promessas de campanha, porque está priorizando os grandes empresários em vez de investir nas áreas sociais; que não está cumprindo as suas promessas de campanha, porque mentiu que reduziu os CCs, mas já renomeou mais de uma centena, para acomodar os partidos da base aliada; ou com a maquiagem do Banco de Talentos, para contratar pessoas dos partidos políticos do Prefeito; indignada porque nós vemos a nossa Cidade colapsando. A assistência social está colapsando, os postos de saúde estão colapsando por falta de profissionais, nós temos mais de 200 professores faltando nas escolas, além de uma insegurança brutal, porque não é nem uma, nem duas escolas que sobrevivem diante de tiroteios, quando todo mundo para no chão, num verdadeiro terror que as comunidades mais carentes passam.

Nós estamos vendo a Cidade colapsar na falta da estrutura básica para os trabalhadores do HPS, falta até lençol no Hospital de Pronto Socorro. Vocês imaginem os técnicos de enfermagem, os médicos, os enfermeiros e o conjunto de categorias necessárias para atender às pessoas numa situação como a do HPS. Nós estamos falando

da vida e da morte, nós estamos falando da sala vermelha, onde cada um de nós que sofrer qualquer fatalidade vai ser atendido por esses heróis e heroínas nessas condições. Essas pessoas estão sendo sistematicamente desrespeitadas. Estão sendo sistematicamente desrespeitadas, porque o Prefeito vai para uma rádio de grande circulação mentir que a FG é R\$ 8 mil – o Prefeito não conhece sequer a legislação de Porto Alegre –, chamar servidores de vagabundos ou, no Twitter, mandar morder fronha, o que acaba com qualquer possibilidade de se ter um debate minimamente civilizado por parte do Prefeito municipal, é óbvio. Os servidores da Carris estão sendo achincalhados e chamados de ladrões, quando estão vendo as peças que faltam para repor e colocar os ônibus em circulação. O Governo sucateia, por um lado e, depois, diz que é preciso vender a Carris. O DMAE, da mesma forma, passa pelo mesmo movimento. O DMAE já teve avisos das peças que precisam ser compradas para que não falte água para a população, são mais de 80 materiais necessários. O Governo não abriu licitação, para faltar água e fazer coro com a sua política de privatização da água, que é um recurso essencial, e a gente sabe onde foi privatizado, o que significou água mais cara e a piora da qualidade do serviço à população. E eu queria, Presidente, falar de dois temas, porque não só os municipais que estão sendo desrespeitados, não só os trabalhadores da Carris que estão sendo desrespeitados, os Vereadores e Vereadoras da Câmara que tiveram uma posição independente, ativa e não se submeteram ao jugo do Governo também estão sendo ameaçados, também estão sendo achincalhados, também estão sendo retalhados pelo Prefeito que dança Despacito e usa as redes sociais para chamar de covarde quem vota a favor dos interesses do povo. Se coragem for atacar servidor público, então eu serei sempre covarde. Mas não é; corajoso é quem mantém a coerência e defende os que mais precisam. Covarde é um Prefeito que se esconde no Facebook para governar a cidade de Porto Alegre, que não dialoga com a categoria. Portanto, quero encaminhar pela rejeição deste processo, mas dizendo que a Câmara tem um papel ainda mais importante a cumprir. Hoje iniciou uma greve histórica e enorme no Município de Porto Alegre e o Governo não quer negociar. Nós temos que manter posição a favor dos trabalhadores e contra os pacotes.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo o nosso Presidente da Casa; Colegas Vereadores e Vereadoras; o público que acompanha a nossa Sessão de hoje e, de um modo especial, os municipais, com os quais somos solidários ao seu movimento a as suas reivindicações. Queria neste período de Pauta falar de dois Projetos, o PLL nº 251/17, que trata de Área de Preservação Permanente, e o PLL nº 249/17, que trata de AEIS I, localizadas em áreas difíceis, isso é, no cinturão da periferia da nossa Cidade, onde há enorme dificuldade para chegar ônibus, a não ser da Carris – e o Governo Municipal quer privatizar a Carris; aonde não chega água, só com enorme dificuldade –

e o Governo Municipal quer privatizar o DMAE; onde os cidadãos e cidadãs têm dificuldade para atendimento médico, e só nesta semana foram demitidos 22 médicos das unidades de saúde. E a população fica aquém daquilo que é obrigação do Estado e do Município: prestar serviço público. De fato, nós nos deparamos, Ver. Carús, com uma Cidade abandonada, abandonada desde o início desta gestão, e é uma atribuição do Vereador fiscalizar esses serviços, e ele acaba se deparando com a indignação da comunidade. E não é por causa disso que nós podemos deixar de ir até as comunidades, ir às unidades de saúde, porque o Marchezan manda um pacote de projetos tirando inúmeras conquistas, como é a dos servidores municipais. Então, nesse sentido, esses dois projetos de lei dialogam com essas pessoas que muitas vezes estão numa situação de extrema vulnerabilidade, Ver. Cássia, mas porque o Poder Público está ausente, e mais do que isso, à medida que ele trabalha com a ideia de privatização, ele acaba colocando preço nesse serviço, porque na verdade essa concessão da privatização vai onerar significativamente o custo da água, da luz e dos serviços públicos. Por isso nós queremos, no dia de hoje, não só protestar, mas nos indignarmos com a forma que o Prefeito está administrando. Inclusive, na plenária do COP, nesta semana, ele fez várias manifestações menosprezando o Parlamento aqui da Câmara Municipal de Porto Alegre, sem conhecer que este Parlamento tem autonomias, e o Vereador que vem aqui nesta tribuna também tem, porque é livre arbítrio do Vereador dar a sua posição em relação aos problemas que surgem na Cidade. Por isso não é justo, não é legal, não é coerente o Prefeito dizer que nós aqui somos obrigados a votar projetos de leis que ele manda para esta Casa. Perdeu no IPTU, perderá em muitos outros projetos que não vamos aprovar aqui na Câmara Municipal, em especial os projetos do funcionalismo. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Presidente, Vereadores Adeli, Oliboni, Sgarbossa, por poder, neste momento em que os municipais todos estão aqui, partilhar a fala. Entendo que este momento é extremamente grave, e é importante que socializemos com todos os Vereadores o que estão vivendo aqui os municipais e municipais. Hoje aqui vocês não têm voz neste momento no microfone, mas tem no grito de vocês. A categoria municipal entrou em greve porque está sofrendo arrocho salarial, sem nenhuma recomposição da inflação, assédio moral durante o ano inteiro por parte do Prefeito Municipal, parcelamento do salário injusto e ilegal, ataque às carreiras e vidas dos municipais, através dos projetos de lei que entraram na Casa, sem nenhuma discussão com a categoria, sem nenhum debate com as associações, com sindicato que representa a categoria, com os conselhos municipais ou do Orçamento Participativo. A Cidade não respaldou, não construiu, não discutiu os projetos que vieram para cá que são nefastos. Já falei sobre eles em pauta, mas quero me centrar num

outro tema: a perversidade do parcelamento salarial! Há quatro, cinco meses parcelando salário dos municipais. O Juiz deu, no primeiro mês, antes do primeiro parcelamento, liminar, obrigando o pagamento em dia, Vereadores, para atender a Lei Orgânica. O Município tentou derrubar a liminar muitas vezes e não provou que não tem recursos, mas vem levando multa e vem aumentando o tempo de parcelamento. Pasmem, ontem nós assistimos... Ver. Cassio, tu fizeste um esforço com os Líderes aqui de abrir um diálogo com o Vice-Prefeito por conta da Cootravipa, dos colegas que recolhem o lixo, que fazem capina e que varrem, que não estão recebendo, e os galpões não têm o reciclado para garantir a partilha da semana, para comer na semana. E o que nós ouvimos do Prefeito e do Secretário era o terror das finanças, que eles não podiam pagar ninguém porque eles tinham que pagar os municipais. Gente, desde ontem nós conseguimos acessar os pagamentos, as despesas em tempo real, Ver. Thiago. Primeiro, olhem o tamanho da despesa num dia – num dia! –, dos pagamentos de um dia, se vocês olharem o que o Prefeito pagou no dia de ontem, tirando a comida da boca dos funcionários da limpeza, o que ele pagou no dia de hoje parcelando criminosamente, desorganizando a vida dos municipais e das municipais, vocês vão ficar muito mais indignados e dizer: “A nossa greve não é greve justa, não é a luta de categoria, a nossa greve é necessária, é obrigação!” Porque ele pagou bancos – bancos! Gente, ele está pagando empreiteira, está pagando milhões para bancos, tem meia folha de pagamento no dia de hoje para os bancos. Aí vão me dizer que não dá parcelar, para redesenhara dívida no banco, quer dizer que dá para derrubar a Lei Orgânica, dá para derrubar a Constituição Federal, a ação na Justiça, que está com multa contra o Município, portanto contra nós, contra o usuário, contra o contribuinte de Porto Alegre. Quer dizer que pagar banco é prioridade em relação ao salário, não! Isso é perverso, isso ilegal – ilegal, gente! Eu quero que todos os Vereadores, Ver. Alvoni e Ver. José Freitas, peçam para as suas assessorias para verem o crime que comete o Prefeito Marchezan e com que desfaçatez ele mente, mente para Cidade, mente para o Juiz, mente para o Ministério Público, mente para o Tribunal de Contas, que nós fomos lá, Vereadores de vários partidos. Mente, e é uma mentira que tem objetivo, um objetivo dramático, não é possível que nós não possamos, como Parlamento, com a nossa soberania com a nossa independência, barrar um crime como esse, barrar um crime que fez com que vocês, 20 mil famílias estejam reordenando a sua vida, estejam pagando em cheque especial, estejam pedalando contas básicas, deixando de resolver problemas fundamentais de saúde, de alimentação, de casa, de moradia, de compromissos assumidos. Isso é muito grave! Isso é suficiente para arrestar o Prefeito, é suficiente para um crime de responsabilidade, porque a prova do crime está aqui! A prova está aqui! Ele está pagando empreiteira! Está pagando banco! Está pagando laboratório! Está pagando conta que não poderia, aliás, R\$ 33 milhões para empresa que recolhe os contêineres – 33 milhões! – e não paga R\$ 250 mil para os funcionários comerem, os funcionários da Cootravipa. Criminoso! *Playboy* irresponsável! A greve é para isso!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, desde o início desta legislatura, nós já presenciamos essas galerias cheias com servidores públicos municipais, primeiro, quando o Poder Executivo apresentou o projeto visando retirar a reposição anual pela inflação dos vencimentos dos servidores. Conseguimos aqui, a partir da posição dos Vereadores independentes e da bancada de oposição, que o Governo retirasse o projeto naquele momento, muito embora não esteja cumprindo e não tenha pago a reposição a que os servidores têm direito por lei. Depois enfrentamos o tema do aumento da contribuição do Previmpa, que nada mais é do que uma redução nominal no vencimento de cada servidor no final do mês. O Governo saiu vitorioso, e Porto Alegre, comparada com outras capitais do Brasil, cobra a alíquota previdenciária mais alta dos seus servidores. Acho que agora com o início da greve, que põe em risco a conclusão do ano letivo nas escolas municipais... E hoje, como presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, recebi diversos relatos da precarização e da impossibilidade de o cidadão ser atendido nas unidades de saúde. É claro, os servidores têm o direito constitucional de greve e tem que exercê-lo diante desse pacote que, assim como outros projetos do Governo Marchezan, chega a esta Casa sem diálogo com a sociedade, sem diálogo com os servidores e querendo ser votado no atropelo, sem o debate adequado com os Vereadores.

Aproveito este espaço para dizer que, hoje mesmo, a Comissão Especial criada para debater os projetos que tenham relação com o serviço público se reuniu e, pelo Regimento, ela tem 60 dias, podendo ser prorrogado por mais 30 dias, no máximo 90 dias de trabalho. Diante da greve, cuja tendência é de maior adesão do conjunto dos serviços públicos, o projeto, por exemplo, que altera a Lei Orgânica, falseando a verdade, dizendo que não vai privatizar o DMAE, mas, na verdade, alterar a Lei Orgânica, pelo que está redigido lá, é tirar do Município e do Poder Público a titularidade da gestão do saneamento. Outros projetos que retiram aquilo que é a base do vencimento do servidor, como a RDE, a RTI, entre outros, isso não pode continuar.

Então, faço um apelo aqui ao Governo Municipal, porque assim como ocorreu na semana passada, em que nós invadimos a madrugada, votando, mais uma vez, no atropelo o projeto que pretendia aumentar a cobrança do IPTU para 60% dos imóveis em Porto Alegre. Derrotamos esse projeto, porque o Governo atropelou e não encaminhou da forma como deveria.

Aí o Prefeito vai para todas as comunidades de Porto Alegre jogar a responsabilidade na Câmara da sua incapacidade de administrar a Cidade! Vai ficar pior! Vai ficar pior se ele não puder contar com o apoio e a participação dos servidores na gestão da Cidade, nesse momento de crise e de dificuldade.

Servidor público não é problema, é solução, inclusive, para enfrentar os problemas que a Cidade vem enfrentando.

Se o Governo tiver juízo, retira todos os projetos que estão tramitando, e nós vamos ter serviços públicos de qualidade e vamos poder levar a questão da Cidade até o final do ano. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. THIAGO: Eu quero me dirigir, saudando inicialmente todos vocês que estão aqui na tarde de hoje e que têm participado das audiências públicas da comissão especial. Foram cerca de 400 servidores ao HPS, hoje, tivemos cerca de 200 servidores lá na Aiamu, mostrando toda a inconformidade que se tem com relação a esses projetos dos servidores públicos que destroem as carreiras no Município de Porto Alegre – não há outras palavras. (Palmas.) Não há outras palavras.

Sobre a questão do parcelamento, esta Casa já foi protagonista num pedido de Comissão de Inspeção Especial do Tribunal de Contas, porque nós não acreditamos que não haja dinheiro para pagar o servidor público. Não nos convenceram! (Palmas.)

Com relação aos projetos, a preocupação é muito grande não só pela questão da distribuição das carreiras dos funcionários, o que por si só já seria catastrófico, mas pela possibilidade do uso político dos regimes, isso esta Casa não vai admitir. (Palmas.) São servidores que abdicaram de uma vida fora do serviço público, entraram pela porta da frente, por concurso público, e, para os colegas mais legalistas, o contrato, o edital do concurso representa o contrato firmado na hora do ingresso. E não pode ser quebrado unilateralmente nem por um monarca. Como Porto Alegre não tem monarca, ele não pode ser quebrado. Quero, como Presidente da Comissão, eleito de forma legítima pelos meus colegas, abdicar dessa questão e solicitar ao Executivo que tenha diálogo, um mínimo de diálogo é o que se exige, porque nós estamos, com esse projeto, mexendo com a vida de centenas de milhares de pessoas, aposentados e ativos. Nós temos, nessas oitivas, feito escutas que realmente sensibilizam. Hoje nós tivemos a da professora Rosângela, uma professora de educação especial, extremamente capacitada, que dedicou a sua vida a essa formação, e o chefe do Poder Executivo quer jogar toda essa formação no ralo, como quer fazer com as outras profissões. Então, a partir de ações como essa, as pessoas vão deixar a Prefeitura de Porto Alegre, e os serviços da Cidade serão prejudicados! As pessoas que mais precisam serão as mais prejudicadas. A política pública tem que chegar na educação, com os professores; na saúde, com os médicos, enfermeiros e técnicos em enfermagem; na SMOV, com os engenheiros... E aonde as políticas públicas precisam chegar elas não estão chegando, porque essas pessoas vão acabar se aposentando ou se exonerando. Então o meu apelo, de forma sincera e fraterna, é de diálogo ao chefe do Executivo, que ele possa inverter essa lógica que tem feito até o dia de hoje, porque os servidores públicos são o início da solução da melhoria de serviços da Cidade e não podem ser demonizados.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores, agora subo à tribuna em tempo de Liderança do meu partido, o PSOL, portanto, falo também em nome do Ver. Roberto Robaina e da Ver.^a Fernanda Melchionna, que se encontram aqui no plenário, para relatar um pouco mais detalhadamente sobre o encontro que nós tivemos ontem, às 17h, no Paço Municipal, com relação à pauta dos nossos trabalhadores do Município, do lixo, trabalhadores da Cootravipa, do Fórum de Catadores. Fomos recebidos na Prefeitura pelo Vice-Prefeito, Paim, e por alguns dos Secretários do Executivo.

Eu gostaria de usar este momento de tribuna para pedir que o Vice-Prefeito, que sempre se mostrou um homem aberto ao diálogo, sempre buscando alguma conciliação, não utilizasse mais as palavras do Prefeito, porque quem acompanhou a reunião de ontem percebeu que a fala que o Vice-Prefeito repercutiu naquela reunião foi a do Marchezan Júnior, que, para justificar o atraso no repasse para a Cootravipa, o que fez com que houvesse a suspensão do serviço de coleta dos resíduos domiciliares em nossa Cidade, culpou a liminar obtida pelo Sindicato dos Municipários desta Capital, que garante o pagamento dos servidores públicos desta Cidade preferencialmente sobre outras despesas.

O Vice-Prefeito e os Secretários, em especial o Secretário Busatto, afirmaram categoricamente que nenhum ordenamento de despesa foi feito senão o pagamento da folha salarial, e, se nós acessarmos as despesas em tempo real – e eu agradeço à Ver.^a Sofia por me disponibilizar um material amplo que imprimiu da Internet do Portal Transparência –, nós temos várias despesas que não são da folha salarial. Portanto, há uma mentira, uma enganação! Há, nesta Cidade, por parte da Prefeitura, uma tentativa de criminalizar os servidores públicos.

Eu vou citar um exemplo do que são as prioridades desse Prefeito: no dia 3/10, terça-feira – está no Portal Transparência – a Prefeitura dispôs, pagou R\$ 118.560,00 à Frente Nacional dos Prefeitos. Há uma liminar na Justiça que a Prefeitura descumpre, e paga, no dia 3, antes de ter quitado a folha salarial, a Frente Nacional dos Prefeitos. Essa é a prioridade desta Gestão: descumprimento de decisão judicial. E coloca nas costas, ou tenta colocar nas costas dos municipais todos o problema de caixa da Prefeitura. Ele mente e tenta jogar trabalhador contra trabalhador. Os trabalhadores da Cootravipa têm o seu problema, têm um problema real, são pessoas humildes que querem manter a sua dignidade, a sua alimentação, geralmente são pessoas que não têm reservas. Quando se coloca a culpa na folha salarial dos servidores do Município, é óbvio que eles acreditam, pois quem está falando é uma autoridade que fala em nome de um Governo. Mas esse Governo mente. Isso é inaceitável. É uma irresponsabilidade e um mau-caratismo. Nós não aceitaremos pagar a conta dessa má gestão da Prefeitura de Porto Alegre. Não vão nos culpar, nós municipais não temos culpa desses problemas. E o Governo tenta colocar a população contra os trabalhadores que prestam serviços lá na ponta. Não aceitaremos. Parabéns aos colegas que

deflagraram greve. Só assim, na base da pressão e da força, é que essa prefeitura vai sentir o problema que está criando para o nosso município. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente, senhoras e senhores Vereadores, nossos estimados servidores públicos do Município de Porto Alegre que estão conosco nesta tarde. Uma tarde de Casa cheia pela relevância do que aqui estamos tratando. Eu vou falar em meu nome, Ver. Ferronato, e em nome do nosso Ver. Paulinho Motorista, dizendo que sou servidor público desde 1975, lá se vão algumas décadas. Desde 1989 sou Vereador de Porto Alegre, e como servidor público, fui funcionário da União, do Estado e do Município de Porto Alegre, portanto, serviço público, servidor público, é uma matéria que conheço há fundo, e isso vem de décadas. Sou relator-geral da nossa Comissão Especial que está tratando do tema, e aqui já foi dito, duas reuniões de casa cheia lá fora e outra aqui, portanto a Câmara precisa ter um olhar atento naquilo que está se discutindo, e o Executivo também. Lá dos meus mais de 30 anos de Vereador, quando há um projeto em que há uma resistência enorme, no mínimo precisaríamos parar, retirar, discutir, para depois, talvez, reencaminhar ou não. E como relator e funcionário, servidor público de 42,5 anos, repito, da União, do Estado e do Município, eu sei e todos nós sabemos, vou dar o exemplo dos regimes: vem de décadas, três ou quatro décadas que os reajustes que se dão ao servidor público são reajustes que apenas atualizam, normalmente atualizam o básico. (Palmas.) Repito: conheço o assunto. O básico de todos nós, hoje, chega a ser ridículo; da União, do Estado e do Município. Esses regimes que temos, não é uma coisa sobre um valor astronômico que precisa ser retirado, é alguma coisa que incide sobre um valor muito baixo. E se nós retirarmos isso, só estou dando o exemplo, nós vamos penalizar profundamente todos os servidores do município de Porto Alegre.

(Manifestações das galerias.)

O SR. AIRTO FERRONATO: E isso não podemos fazer sob nenhuma hipótese. Para concluir, estamos juntos nesta caminhada, atentos e compreendendo que esse remédio, além de ser amargo demais, ele fatalmente levará à morte. Isso nós não podemos admitir. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Muito obrigado, Ver. Ferronato. A Ver. Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e todas, eu queria pedir só escusas às nossas guerreiras aqui do Imama, depois a palestra vai ser sobre a prevenção ao câncer de mama. E nós temos aqui guerreiras que vão fazer uma atividade da nossa Procuradoria, uma atividade importante para a tarde de hoje. Então, peço desculpas, pretendo nem usar todo o tempo, mas apenas para fazer três colocações. A primeira delas, Sr. Presidente, Ver. Cláudio Janta, é que a Câmara ficou pequena para o tamanho da luta dos municipais. Neste exato momento, há milhares de trabalhadores e trabalhadoras que estão desde às 7h no piquete, ali na rampa. São milhares, e o nosso plenário não comporta esses milhares de trabalhadores que estão neste momento na entrada da Câmara de Vereadores. Então queria fazer uma proposta, porque tem uma turma importantíssima aqui, tem milhares do lado de fora, que a gente vá, cada um dos Líderes, vários vieram à tribuna fazer intervenções importantes em defesa do serviço público, meu colega Ver. Prof. Alex Fraga, o Ver. Aírto Ferronato, o Ver. Dr. Thiago, o Ver. Aldacir Oliboni, a Ver.^a Sofia Cavedon e outros Vereadores lá na Comissão, como o Ver. Bosco, o Ver. André Carús, que a gente vá lá fora também conversar com os municipais que estão lá sobre esses projetos e sobre a nossa posição importante nesse cenário de caos.

Eu ouvi atentamente os Vereadores que me antecederam, e nas minhas duas últimas contribuições eu já falei sobre o tema do pacote, o caráter do Governo Marchezan, o caráter privatista e a tentativa de desmontar o serviço público para privatizar, agora falo sobre o caráter recessivo do Governo. Nós estamos vendo as pessoas sofrendo para pagar as suas contas; embora o trabalho não tenha sido parcelado, foi feito na integralidade, os servidores estão com o salário parcelado enquanto o Governo segue pagando bancos, segue pagando a Frente de Prefeitos, segue pagando uma série de despesas que obviamente não são prioridade neste momento de crise. Além do desrespeito com vocês, colegas municipais, é um desrespeito com a cidade de Porto Alegre, é um desrespeito com os que precisam do serviço público, e, se tem um responsável pelas nossas escolas estarem valorosamente em greve, é o Governo Marchezan; se tem algum responsável por uma enorme quantidade de municipais do Pronto Socorro, do DMAE, do DMLU, da FASC estarem paralisados na tarde de hoje, é o Governo Marchezan. Esse caráter recessivo do Governo também tem impacto na vida de 24 mil trabalhadores e impacto na economia municipal da Cidade. Eu tenho dito, o Governo Marchezan é um Robin Hood às avessas, prezado Ver. Roberto Robaina; um Robin Hood às avessas que toca no tema da Carris e na defesa do transporte além da luta dos trabalhadores municipais, porque quer extinguir a profissão de cobrador, quer acabar com o meio passe, quer diminuir até 30% do salário de cada um que está aqui, quer cortar serviços públicos, João Ezequiel, e, ao mesmo tempo, quer financiar a especulação imobiliária, quer financiar as empresas picaretas dos ônibus, quer financiar os lucros daqueles que estão nessa lógica de se apropriar de recursos públicos. Meus

colegas falavam que isso vai desmontar o serviço público; já está desmontando! Só neste ano houve o dobro de pedidos de aposentadoria em relação ao ano passado, porque as pessoas não aguentam mais um governante que desrespeita os seus trabalhadores, que endemoniza o servidor para não ter que explicar por que não está fazendo as promessas de campanha, que trata os trabalhadores como se eles fossem a causa do problema e não a solução.

Nós estamos convencidos, primeiro, de que é fundamental essa ampla unidade da Cidade contra esse pacote, como vocês fizeram ontem e hoje. Na negociação que nós tivemos ontem, houve gente que teve a cara de pau de dizer para os trabalhadores da Cootravipa que eles não recebiam por conta da liminar do Simpa. Vocês acreditam nisso? E os trabalhadores da Cootravipa disseram: “Não, os professores são os professores dos nossos filhos que estavam lá de manhã na frente do Paço Municipal!” E os catadores estavam lá de manhã na frente do Paço Municipal! E os trabalhadores dos correios estavam lá de manhã na frente do Paço Municipal!

Nós estamos em um momento de Governo em crise. Ele xinga os trabalhadores como se fosse forte, mas perdeu a sua base; perdeu 12 secretários, diretores de altos cargos do Governo; perdeu o Líder do Governo, o Ver. Cláudio Janta, que, corretamente, entrou na Justiça em defesa da segunda passagem gratuita, como nós. Foi derrotado duas vezes na Câmara de Vereadores, quando derrubamos os vetos, quando derrubamos o tarifaço do IPTU, embora o Governo estivesse tentando fazer um projeto de cheque em branco ao Marchezan. Esse meu alerta é para que, por um lado, a Câmara tenha um papel fundamental na busca por independência, na ajuda aos trabalhadores para conseguir a retirada ou a derrubada dos projetos e o conjunto dos salários e, sobretudo, para derrotar esse pacote autoritário e excessivo do Marchezan. Segundo, dizer para vocês que eu estive em muitos lugares em atividades do Simpa, em atividades do Podemos Mais Municipários, eu ouvi as declarações de quem está muito incomodado com essa situação, eu ouvi a indignação, eu ouvi a tristeza, eu ouvi a preocupação, mas ninguém, como diz a Marília do HPS, nenhum de nós é mais forte do que todos nós juntos. Hoje foi fundamental para mostrar a força de vocês, para mostrar que o Prefeito não pode passar por cima dos seus trabalhadores e que Porto Alegre tem história de resistência e não se calará diante desse Governo autoritário e excessivo. Parabéns pela luta e contem com a oposição.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Vereadoras, Vereadores, público que nos assiste aqui, nas galerias da Câmara, pela TV Câmara, colegas, servidores municipais. Eu queria, antes de mais nada, dizer que desde o meu primeiro dia, eu tenho dois anos de mandato, talvez uma das primeiras falas que eu fiz aqui foi relacionada à questão do serviço público, porque sou filho de pai e mãe servidores públicos. E

também tenho no meu gabinete pessoas que se aposentaram pelo serviço público, a exemplo do chefe de gabinete, João Lopes. Sempre votei com relação aos reajustes, o ano passado, inclusive, contra os salários dos Vereadores, e a favor dos servidores, no ano passado, como estavam aqui pessoas que acompanharam. E a nossa batalha política é uma batalha difícil. Eu venho de uma causa muito difícil, que é a causa dos animais, que não é sequer política pública, não é sequer um real de muitas gestões públicas. Porto Alegre é um exemplo que também vai mal, como muitos municípios vão mal para os animais. E é uma luta que eu tenho entrado diariamente. Gasto todo o meu salário, inclusive, presto conta, porque acho que não deveria se dever, mas eu faço diferente da maior parte dos parlamentares, que gastam o dinheiro do próprio bolso com a minha pauta justamente por não ter política pública, e não é num passe de mágica. E o que acho que tem que ser jogado e debatido aqui hoje, e quero me comprometer, inclusive, colocar o meu telefone à disposição, quem quiser anotar: 89511531 para me ligar, pois vou falar com o Prefeito Marchezan para que ele receba os servidores públicos em uma audiência para discutir e escutar, porque eu acho fundamental que o prf receba. Eu tenho falado com ele semanalmente e quero que ele receba. Na minha compreensão, quero dizer que na minha compreensão pelo fato de más gestões; só uma, mas más gestões da política do PMDB, do PT, do PP, do PDT, do PSOL e de todos os partidos políticos que participaram de gestões públicas, a má gestão dos gestores chega em nível de crise. E empurrar a crise para os servidores não está certo, nisso eu concordo com vocês. E mais do que isso, se fosse enxugar a máquina pública, não sou favorável, que se faça uma programação. Bom, para daqui a quarenta anos se ter um enxugamento dos servidores hoje não se mexe em quem está no serviço público. Mas para concursos públicos futuros, para uma reprogramação eu sou favorável. Por isso eu acho que tudo o que for dito aqui ser demagogia se nós não sentarmos com o Prefeito e acertarmos os ponteiros. É fundamental nós sensibilizarmos e irmos lá. E quero fazer um compromisso pessoal com vocês: nós temos de marcar data e hora da audiência e não para receber somente o Simpa, não para sentar só com uma Comissão, mas para os servidores falarem com o Prefeito e justamente colocarem toda a situação. Porque aqui tem vida, tem pessoas que têm família, têm filhos, têm programam para pagar médico, escola; têm custo de vida. Fica muito ruim dizer bom, tu voltas para lá. O jogo está 3X0 e vamos jogar pata lá porque vai ser 1X1 e ficará no empate. Eu acho que tem que ser dialogado, acho fundamental vocês serem escutados pelo Prefeito, porque essa crise é política, culpa de muito Governo, culpa de muitos governadores, muitos prefeitos, muitos presidentes. E eu acho que essa culpa não tem que parar em quem responde na ponta que é o professor, que é quem faz a Cidade funcionar, o Estado funcionar. Eu como filho de bancário e de funcionária pública não teria outra obrigação a não ser vir aqui e me colocar á disposição. Falei do meu salário e quero que me cobrem, repito, para gravar, assim como eu, talvez nenhum político gaste do seu bolso para os animais, quero pedir ajuda, quero sensibilidade, porque ali tem uma vida. Ajudem-me a lutar por essa política pública, divulgando para os filhos, para os alunos, para os vizinhos que os animais não têm política pública, que hoje morrem atropelados e não tem quem faça por eles. Eu sei que vocês também estão espremidos, mas o compromisso é dado e claro. Eu

quero uma audiência pública com o Prefeito Marchezan para escutar, não o sindicato, mas os servidores, o funcionalismo público, as pessoas que trabalham, para não serem atingidas nos seus direitos, nos seus salários. Muito obrigado e nós vamos lutar pelos servidores. E vamos marcar com o Prefeito Marchezan.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Eu gostaria de, em nome da Direção da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, convidar a todas e todos os municipais para continuarem aqui presentes, porque temos outros Vereadores inscritos para falar sobre a questão dos municipais, que é uma reivindicação justa. As pessoas foram contratadas para receber um salário, fizeram suas obrigações, muitos compraram casa, muitos matricularam filhos na faculdade e escolas, contando com esse salário. Então, é uma reivindicação justa, é uma reivindicação que esta Casa, em sua grande parte, está discutindo. Temos uma Comissão Especial, com vários membros desta Casa, que já visitou vários locais de trabalho, como o Pronto Socorro, o Aiamu, o Hospital Presidente Vargas e várias escolas, para ver a realidade. A prática de todo patrão, de todo empresário, quando a sua empresa está passando por alguma dificuldade, ou é tirar do trabalhador ou é demitir o trabalhador em vez de reajustar o seu fluxo de caixa, reajustar a sua empresa em cima dos seus fornecedores. Nós não vamos aceitar isso no Município de Porto Alegre, punir agentes de saúde, punir as pessoas que trabalham para a população de Porto Alegre.

Eu convido que todos permaneçam aqui no plenário, onde são todos bem-vindos, para ouvirmos o Instituto de Mama do Rio Grande do Sul, uma programação da nossa Procuradoria da Mulher neste mês do Outubro Rosa.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar as atividades desenvolvidas pelo Instituto da Mama do Rio Grande do Sul – Imama.

Convidamos para compor a Mesa: a Sra. Beatriz Moser, Vice-Presidente do Imama; a Sra. Altair de Canto, Embaixadora do Imama.

A Sra. Maira Caleffi, Presidente do Imama, está com a palavra em Comunicações.

A SRA. MAIRA CALEFFI: Boa tarde! Eu estou muito emocionada que vocês estão aqui. Nada na vida é por acaso, porque, para nós, também nenhum direito a menos, e a saúde em primeiro lugar. E eu estou aqui para falar em nome do Imama e de todas as pessoas que passaram pelo problema do câncer de mama e de toda a comunidade que ainda vai ter esse problema na sua vida, se já não o tem.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

A SRA. MAIRA CALEFFI: Nós estamos aqui numa missão, e vocês são a prova viva disso: atitude exige coragem. E nós estamos aqui para trazer para vocês a campanha deste ano, que coloca o paciente no controle da sua doença, o paciente, que está sendo ignorado no seu direito de informação, de ter o acesso rápido, de ter o seu tratamento correto, de ter, como diz nossa Política Nacional de Saúde, uma equipe, não só na hora do diagnóstico, como também, muitas vezes, depois, em casa. Este é o nosso grupo, uma rede nacional, da qual peço que se sintam parte por apoiarem a causa do Imama, composta por 70 ONGs de grupos de paciente em 18 Estados, incluindo o Distrito Federal, lutando para que diminua o número de mortes e aumente o acesso ao diagnóstico rápido e tratamento adequado. Atitude exige coragem, e nós queremos estimular os pacientes a terem uma atitude e se envolverem cada vez mais no seu processo de diagnóstico e tratamento. Ou seja, os municipais aqui estão empoderados porque estão juntos. Nós queremos empoderar os pacientes, através da informação. Não existe pergunta burra, não existe essa de que a equipe médica é quem sabe tudo. A família, os amigos, o próprio paciente tem que saber de tudo que os espera. Gente, vai ter mais de um milhão de casos diagnosticados de câncer no Brasil neste ano. Um milhão! Destes, mais de 60 mil aqui no Rio Grande do Sul. Neste ano quase 15 mil vão morrer por câncer de mama: mães, irmãs, avós, filhas, por quê? Porque chegaram atrasadas no diagnóstico, porque não conseguiram ter o diagnóstico e tratamento a tempo. Nós ainda vemos mais da metade dos nossos diagnósticos chegando em estágio avançado. É muito comum ter medo dessa doença, tem gente que nem fala o nome, mas, para a gente tirar esse mito, e que as pessoas, cada vez mais, procurem atendimento, porque também tem isso: “Eu não vou procurar porque eu vi a minha parente ou a minha vizinha morrer, por que eu vou procurar? Ela ficou careca, mutilada e morreu”. Gente, podem apostar, eu estou nessa briga, sou formada há mais de 35 anos e eu estou dizendo: câncer de mama tem cura! Tem que chegar cedo, tem que exigir o tratamento certo. E, para isso, o que cada paciente tem que fazer? O que os outros podem fazer? E o que a gente pode fazer pelos outros? Primeira coisa a fazer é entender o problema e não ficar se escondendo: “Porque eu sou leigo, eu não sei do problema”. Sabe sim, se não entender, peça ao médico que desenhe para ti. É preciso que o paciente tenha uma voz mais alta dentro do consultório.

Essa senhora, por exemplo, que é uma paciente que controla o seu câncer há mais de três anos, que já voltou, já voltou, ela pergunta: “Que tipo que é o meu câncer?” Ela nunca soube nem o tipo do seu câncer. Essa outra moça, com 36 anos, ela diz: “Qual é o meu esquema de tratamento, doutor?” O doutor nunca tinha explicado a ela. Olhem, ela está aqui linda, maravilhosa, nove, dez anos depois. (Palmas.) Outra diz: “Será que o meu câncer está em toda a minha família? Será que ele é hereditário?” E a Sandra, que também está aqui, é uma paciente que também está brigando, já teve o câncer de volta, agora ela está há três anos, pela segunda vez, batalhando e está aqui, apoiando a causa, uma das voluntárias do Imama. (Palmas.) Essa outra diz: “Por que o meu tratamento ainda não começou?” Esse é um problema. Nós temos o direito assegurado por lei, que a Femama, uma organização nacional, lutou em Brasília em 2012, conseguindo que todo o paciente de qualquer câncer tenha direito em ter o seu

tratamento em 60 dias. Vocês sabiam disso? Gente, isso é uma lei federal. Se o tratamento, que está escrito o tipo de câncer no papel que dá o diagnóstico, não começar em até 60 dias, vai na Defensoria Pública, vai no Ministério Público, porque é um direito assegurado por lei!

O que você pode fazer? Conhecer os seus direitos. Muitos pacientes não sabem que câncer dá muitos direitos. Existe a lei dos 60 dias, lei da reconstrução mamária, lei de auxílio doença, FGTS, isenção de impostos, quitação de casa própria. A cartilha está no *site* www.pacientesnocontrole.org.br para vocês entenderem e poderem falar para toda a sua comunidade sobre os direitos do paciente com câncer. Os familiares, os amigos, muita gente boa pode dar apoio ao paciente. Afastem os urubus, afastem aquelas pessoas negativas que só tem palavras ruins. Tragam pessoas positivas para perto, isso ajuda muito.

Também procurem associações de pacientes, lá tem auxílio de perucas, psicologia, auxílio quanto aos teus direitos. Existem mais de 70 dessas ONGs no Brasil, tem as ligas, a rede feminina. O Instituto trouxe, aqui na Câmara, a exposição coletiva de esculturas Prevenção é a Melhor Amiga do Peito.

E uma coisa é certa, se o paciente não se declarar com esse problema, como nós vamos ajudar? Então o paciente tem que parar de ter vergonha e dizer: “Eu tive, estou tendo e preciso de ajuda”. Então, essa campanha tem que ajudar os pacientes a se reunirem nesses grupos e se mobilizarem para ter seus direitos garantidos.

Gente – isso aqui é importante, vocês vão gostar –, mais de 20 projetos estão para serem votados na Câmara dos Deputados em Brasília. Se vocês entrarem na página www.pacientesnocontrole.org.br, vocês podem mandar um *e-mail* direto para o Rodrigo Maia, presidente da Câmara, para ver se este mês ele agiliza projetos de lei, como por exemplo, diagnóstico em 30 dias; teste genético no SUS, que ninguém pode fazer ainda; e melhores medicamentos no SUS. Ajudem-nos a mandar *e-mails* ao Rodrigo Maia.

O Imama está aqui hoje para convidar vocês a serem parte dessa grande organização que já tem 24 anos no Estado do Rio Grande do Sul. O Imama tem projetos que ajudam na prevenção. Muitas pessoas já viram o projeto do Mamamóvel, o caminhão com mamografia andando por aí, em todo o Estado. Também tem um projeto em que estamos treinando pessoas para ajudar o paciente com câncer, projeto Navegadores. Tem o projeto rural feito com o Senar, para atender 2 mil famílias da área rural, que moram na periferia de Porto Alegre. Há projetos de educação aqui em Porto Alegre, vozes nas escolas. Aqui há muitas professoras! Quantas professoras estão aqui? Olha lá, gente! Acho que nós precisamos começar na escola, gente! Vamos começar a falar para aquela criança chamar a mãe dela para fazer o tratamento, para fazer a mamografia anual. Se a gente não conseguir sensibilizar a criança, a gente não consegue mudar dentro de casa. A maioria das pessoas que estão parando de fumar é em nome dos filhos. De quinze em quinze dias, a gente tem uma coisa que chamamos de o papo rosa: lá no Instituto da Mama, na Dr. Vale, 157, a gente se encontra para conversar com especialistas. Há palestras na comunidade que vocês podem solicitar. Programas de acolhimento, por exemplo, não existem neste momento ainda psicólogos no SUS,

fisioterapeutas, perucas, uma série de coisas para que o paciente possa ser acolhido e ajudado dentro do Instituto da Mama, tudo de graça. Tem também o encontro dos *chefs*. E agora eu queria convidar vocês para a Caminhada das Vitoriosas, este ano, dia 29 de outubro, do Parcão até a Redenção. Professores, municipais, agentes da saúde, vistam a camiseta rosa e vamos caminhar juntos pelos direitos, nenhum direito a menos! Muito obrigado, gente!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Muito obrigado, sejam sempre bem-vindas a esta Casa, Dr.^a Maira Caleffi, Beatriz Moser, Altair Canto, todas as voluntárias do Imama e todas as pessoas que ajudam e contribuem com essa entidade.

A Ver.^a Comandante Nádia, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Fico muito feliz, Maira, de termos o Imama hoje aqui na Câmara de Vereadores. Precisamos falar sobre os riscos do câncer de mama, precisamos alertar as nossas mulheres de que a prevenção é melhor forma de combate.

Segundo dados do Instituto Nacional do Câncer, Inca, no Rio Grande do Sul, o número de casos no ano de 2016 chegou a cinco mil. Só aqui em Porto Alegre foram mais de mil casos diagnosticados, gritantes 20%. Vinte por cento dos casos de câncer de mama nas mulheres gaúchas estão aqui na nossa Capital. Percebe-se cada vez mais a importância da prevenção e de um diagnóstico precoce quando nos deparamos com esses alarmantes dados. Mães, profissionais, esposas, mulheres que carregam a responsabilidade de levar a sociedade adiante, muitas vezes têm sua vida interrompida, sua rotina alterada e sua saúde fragilizada ao enfrentar um tratamento de câncer.

Portanto, é o papel do agente público, de nós, Vereadores, também debatermos sobre esse tema, incentivar as campanhas de combate e prevenção e ajudar as mulheres e a sociedade a enfrentar esse problema. Nós, Vereadores e Vereadoras, devemos estar à frente desta luta, apoiando essa causa e buscando cada vez mais políticas públicas que sejam efetivas no enfrentamento dessa doença. A intenção da campanha do Outubro Rosa, que todos nós conhecemos, é justamente alertar sobre a prevenção e a importância do diagnóstico precoce, incentivar o autoexame, que ele seja uma rotina na vida da mulher, e que os cuidados da prevenção clínica, consulta periódicas aos médicos especialistas, exames de rotina e mamografia sejam a melhor forma de nos proteger contra essa doença. E mamografia a partir dos 40 anos, não é, gurias? Isso que nós queremos.

Nesse sentido quero destacar o papel do Imama, Instituto da Mama do Rio Grande do Sul, organização sem fins lucrativos, que foi fundada em julho de 1993, desde então, é presidida pela Dra. Maira Caleffi. O Imama nasceu através de um grupo de mulheres, pacientes de mastologia da Dra. Maira, que, após diagnosticada a doença, participavam de um grupo psicoterapêutico, e lá surgiu o interesse em comunicar para a

população gaúcha informações relevantes sobre a saúde da mama das nossas mulheres, com o intuito de ajudar outras pessoas a não passarem pelas mesmas dificuldades que tiveram estas pacientes. O Instituto busca a conscientização da sociedade gaúcha sobre a importância dos cuidados com a saúde da mama, enfatizando a necessidade da detecção do câncer para que as nossas mulheres porto-alegrenses e gaúchas tenham maior chance de cura, além da qualidade e, principalmente, agilidade em todos os processos da rede de atenção à saúde da mulher. Para tanto, o Imama atua diretamente nos processos de educação, reabilitação, articulação e mobilização social em favor da saúde da mulher. Também atua como articulador de políticas públicas e é reconhecido em sua habilidade em promover uma mobilização social, consciente e colaboradora que é a que nós vemos aqui com tantas funcionárias do Município ouvindo sobre esse importante tema. Além disso, o Imama é pioneiro em diversos projetos, como a Fenama, Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama que é justamente um dos frutos desse pioneirismo. Queremos que as mulheres gaúchas e porto-alegrenses possam estar sempre assistidas, protegidas e com seus direitos assegurados. Vamos continuar enfrentando esta doença, combatendo-a, e incentivando que as nossas mulheres coloquem sempre a sua saúde em primeiro lugar. E através da Procuradoria Especial da Mulher da Câmara de Vereadores queremos dizer que hoje a Câmara de Vereadores de Porto Alegre inicia o seu Outubro Rosa e que estaremos em parceria com o Imama vendendo estas camisetas que a nossa equipe está vestindo, a R\$ 20,00, para ajudar o Imama e a Liga de Combate ao Câncer. Quero agradecer imensamente, Maira, a tua equipe, pelo valoroso serviço que tem contribuído para as mulheres porto-alegrenses e gaúchas. Dia 29 de outubro estaremos lá na Caminhada das Vitoriosas. Muito obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra em Comunicações.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu quero, antes, deixar uma fala aqui, ser solidário à luta de todos esses trabalhadores, principalmente às professoras e professores de Educação Física, por quem eu tenho muito carinho, porque o professor é tudo numa cidade, e vocês, funcionários, também são tudo para a nossa Cidade. Nós vamos ter uma cidade de Primeiro Mundo, um país de Primeiro Mundo, quando prestarmos a atenção na educação, no esporte e na cultura. Então, fica aqui o meu abraço e o meu carinho. Sou solidário junto com vocês nesta luta digna.

Eu quero dar os parabéns à Ver.^a Nádia pela sua fala. Ouvi a fala da Presidente do Imama. Eu sou diabético e luto muito, sou um cara que luta contra a diabete. Hoje, por conhecer que tipo de doença é esta, eu não tomo mais nenhum remédio, é só caminhar e saber comer, graças a Deus.

Quanto ao câncer de mama, é muito importante o início. Conversando com os médicos, toda a doença tem cura, desde que a gente consiga identificá-la no início.

Eu quero dar os parabéns a vocês. Contem com este Vereador nesta luta. Em toda a luta que a gente tem, como agora a dos trabalhadores, eu acho que nós, Vereadores, temos que ser solidários. Mas eu não quero só Vereadores, governadores, acho que essa luta contra o câncer de mama é toda nossa, de todos nós, da sociedade. Não vamos esperar pelo Governo, é de cada um, assim como eu falo com a minha filha, é de vocês essa luta. É uma de dentro de você, é saber que todo o ano tem de fazer a prevenção. Aí sim prevenir é curar. Vamos prevenir. Mais uma vez, parabéns, contem com esse Vereador, que eu estarei junto nesta luta com vocês. Luta que é muito importante para todas as mulheres e para os homens também. Obrigado

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

O SR. ALDACIR OLIBONI: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Saúdo também todos os municipais que estão aqui. Nós estivemos, há pouco, no caminhão que está aqui, na frente, instalado. Têm milhares de pessoas preocupadas com a questão dos municipais. Queria parabenizar, também, a Procuradoria da Mulher desta Casa que teve a iniciativa de fazer esse momento de reflexão e de apoio à luta contra essa doença, que é o câncer de mama, mostrando a enorme preocupação que tem com todas as cidadãs e cidadãos do Estado do Rio Grande e do Brasil, não menos que Porto Alegre. No momento em que a Maira estava falando, estava ali na Internet observando alguns dados importantes: O Instituto Nacional do Câncer fez uma pesquisa, e a cada 100 mil gaúchas 81 casos são diagnosticados de câncer de mama, e para Porto Alegre se pode observar uma das maiores incidências de todo o Brasil, porque chega a 126,6 casos a cada 100 mil pessoas. Portanto, é de extrema preocupação, e deve ser também uma enorme preocupação como gestor municipal, porque nós percebemos que hoje nem todos têm a capacidade financeira, ou a possibilidade financeira de poder ter um plano de saúde, ter o acesso rápido ao tratamento do câncer de mama. Nós temos, hoje, em torno de 40% dos cidadãos que têm acesso a um plano de saúde, mas mais de 70% dos cidadãos estão sendo atendidos pelo SUS, e nós percebemos que o SUS não tem disponibilidade real como têm os planos de saúde para o acesso a um plano rápido e capaz para poder fazer o tratamento em tempo. E o Imama, uma entidade beneficente, uma entidade de voluntários, tem o extraordinário papel neste momento, na medida em que ela faz a interlocução com as pessoas que muitas vezes têm dificuldade de acessar o serviço público, e acaba orientando, seja ela para o diagnóstico às vezes muito precoce, mas às vezes já muito avançado, com dificuldade de ter a cura, como nós falamos. Portanto, se há como a Câmara Municipal, como o Vereador, fazer um apelo para que o Governo perceba a importância da vida do cidadão e da cidadã quando diagnosticado no postinho de saúde

com um simples hemograma para a gente poder agilizar esse atendimento, e Anão ficar na fila, muitas vezes, mais de um ano para poder ter acesso ao tratamento. Quero dizer do enorme apoio que a gente tem a esse trabalho. Parabéns a vocês, e vida longa. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Comandante Nádia): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Comunicações.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sra. Presidente, Ver.^a Comandante Nádia; Vereadores e Vereadoras.

(Manifestações das galerias.)

A SRA. MÔNICA LEAL: Pessoal, deixa só eu pedir uma coisa para vocês. Primeiro vou fazer a minha fala sobre o Imama, sobre o Outubro Rosa, depois vocês fazem todas as manifestações que sentirem vontade, eu vou aplaudir, vou ouvir. Como tenho nesse tempo todo recebido funcionários, marcado audiências preocupada que estou com o PLCE nº 011/17, principalmente, com a alteração da RDE, como Líder da Bancada Progressista, estou trabalhando junto para ouvir e levar ao Governo, ao Executivo, o clamor dos funcionários. Então, fiquem tranquilos. Sra. Presidente, colegas Vereadores, Vereadoras, plenário lotado, principalmente de mulheres, isso é muito bom. Eu quero saudar a presença do Instituto da Mama do Rio Grande do Sul, entidade séria e comprometida no trabalho incansável pela diminuição das taxas de mortalidade do câncer de mama em nosso Estado, e no constante alerta para a importância do diagnóstico precoce da doença. É isso que nos reforça o movimento mundial Outubro Rosa, que busca dar mais visibilidade à luta contra o câncer de mama. Que é uma luta de todas nós, mulheres. Uma luta da sociedade, uma luta de todos. Registro a importância da Câmara Municipal de Porto Alegre em se engajar nesta causa e se voltar para o debate e ser também mensageira da necessidade de um maior conhecimento geral sobre a prevenção do câncer de mama. Coloco-me à disposição e na divulgação das ações do Imama previstas para o Outubro Rosa, que são muitas. O Imama que é capitaneado de forma admirável pela médica Maira Caleffi, Presidente voluntária, desde a sua fundação, e por uma equipe maravilhosa e vitoriosa. Eu já fui membro do conselho político do Imama por alguns anos, conheço de perto o significado e o tamanho da importância e do alcance desse trabalho em benefício das mulheres gaúchas, sendo o nosso Rio Grande do Sul, infelizmente, o Estado brasileiro com maior incidência do problema. A batalha contra o câncer de mama é uma causa de saúde pública. Sabemos que quando se perde uma mulher, uma mãe, uma filha, uma avó, é uma família que fica sem o seu arrimo, que perde o seu prumo. Precisamos das

mulheres vivas, pois nossa força produtiva e nosso papel no mundo são fundamentais e únicos, por isso a importância das campanhas e da conscientização do cuidado de cada mulher consigo mesma, na realização de exames, na ida ao médico e também do aporte dos serviços públicos da saúde com atendimento de qualidade. Lembro aqui que a nossa Senadora Ana Amélia Lemos, do PP do Rio Grande do Sul, é autora da lei que obriga o Sistema Único de Saúde a iniciar o tratamento contra o câncer em, no máximo, 60 dias após o diagnóstico. A medida visa agilizar o começo do tratamento que, em alguns casos, chega a demorar seis meses ou mais, reduzindo as chances de cura dos pacientes. Como diz a Senadora, quem tem câncer não pode esperar, cada ação é importante para se dar maior visibilidade e valor a essa luta, para que cada vez mais mulheres fiquem alertas sobre si mesmas e sobre sua saúde. Mulheres: vamos alertar as mulheres ao nosso redor, parentes, amigas, vizinhas, colegas; vamos participar do Outubro Rosa, vamos nos iluminar de rosa, vamos salvar nossas vidas. Um forte abraço, e parabéns a ti, querida Maira, aos teus colaboradores e a todas essas bravas guerreiras que estão lutando, confiantes que estão vencendo e que já venceram essa batalha. Falo aqui como Líder da Bancada do Partido Progressista, dos Vereadores João Carlos Nedel, Ricardo Gomes e Cassiá Carpes. Obrigada a todos.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Comandante Nádia): Obrigada, Ver.^a Mônica Leal. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Comandante Nádia, é importante para nós que uma mulher esteja presidindo a Sessão neste momento, porque a maioria da categoria municipal, eu arrisco, são de mulheres. Mulheres mães de famílias, mulheres atingidas pelo câncer, muitas professoras, de quantas fomos a enterro, tivemos que nos solidarizar por conta do câncer de mama? Cumprimento vocês, as queridas representantes voluntárias, embaixadoras do Imama. A Presidente Dra. Maira Caleffi, a Vice-Presidente Beatriz Moser e a Altair do Canto, embaixadora voluntária. Eu não sei o quanto é científico, mas não tenho dúvida de que o câncer vai se desenvolver em uma situação de estresse, quando se desenvolvem doenças muito duras, muito sérias, que atingem a nossa população, são doenças do tempo moderno. Nós estamos nos revezando aqui, porque quero que as voluntárias do Imama saibam que outro tanto, três vezes mais dos que entraram aqui, estavam lá fora, na frente da Câmara. Uma categoria que está sendo assediada brutalmente e sofrendo, inclusive, corporalmente na sua saúde desde o início do ano! O Prefeito começou ameaçando parcelar salário, mandou para cá mudanças de lei. Desculpem eu usar esse tempo do Imama, mas quero dizer que em vez de estar assediando funcionários e funcionárias, em vez de estar ameaçando, cortou o ponto de dia de luta, em vez de mandar projeto para cá para acabar com a sua carreira, estivesse estimulando e envolvendo a categoria municipal, por exemplo, para o Mês de Outubro Rosa. Envolvendo toda a nossa ação lá na ponta. Imagina a alegria dos nossos homens e mulheres se somando ao trabalho maravilhoso e exemplar do Imama!

Talvez uma das entidades há mais tempo na luta pela saúde da mulher e permanentemente. Agora, imagina, como é que nós vamos dispensar essa força viva das professoras, diante dos pais, mães e alunos, no trabalho de prevenção, de esclarecimento, de orientação, de conhecimento do seu corpo, que é preciso se tocar, que é preciso se cuidar. Se elas não conseguem se cuidar, de tanto que estão sendo oprimidas, um ano inteiro, por um gestor municipal que é irresponsável - e eu já chamei ele de criminoso, irresponsável.

O Imama trabalha com uma questão que é fundamental para a sobrevivência das mulheres e para a recuperação: a autoestima das mulheres. A autoestima das mulheres, a campanha das perucas, as próteses, a antecipação do problema. E essa questão da autoestima, nós estamos falando desde o início do ano, o que está fazendo o Prefeito com a autoestima dos funcionários e das funcionárias municipais. É massacrando, fazendo com que se sintam miseráveis, que se sintam culpados pela crise da Prefeitura – suposta crise. Não é possível! Mas esse é o esforço que ele faz para colocar, inclusive, ontem, trabalhadoras, recicladoras contra os funcionários. Vai nos fóruns de delegados e coloca contra os funcionários, vai nos fóruns das entidades da criança e do adolescente e coloca contra os funcionários.

Então, eu quero dizer para as senhoras, queridas mulheres voluntárias, que trabalham com tudo o que a Ver.^a Comandante Nádia aqui listou, a Ver.^a Comandante Nádia que está nos representando na Procuradoria, para nosso orgulho, e trabalham com mobilização, com campanhas permanentes, com testemunhos, que tiraram tempo da sua vida para estar na rua, na luta, na caminhada, chamando outras mulheres, para autoestima, para proteção, para prevenção, e chamando a atenção dos órgãos municipais, porque isso vocês fazem, porque tem que ter a prevenção lá na ponta, tem que ter a responsabilidade do posto de saúde, tem que ter a política para mulher. E o Imama está lá no calcanhar do Município e do Estado, e quem é que vai realizar, gente? As nossas mulheres do posto de saúde, da equipe de saúde da família, que dá atendimento no pronto atendimento. Então, essa parceria é indispensável! Indispensável! Nós não temos, infelizmente, como separar a luta que o Imama traz e o Outubro Rosa, da brava luta da categoria municipal.

Eu encerro dizendo que nós estamos fazendo um apelo, Ver. Cassiá Carpes, não está mais o líder do Governo aqui, ficou mal e mal um pouquinho, falei com o Ver. Ricardo Gomes que é do PP, eu sei que ele não é líder do Governo, Mônica. Nós queríamos que o Governo minimamente aqui fizesse uma mediação a partir da vinda de milhares e milhares de municipais aqui e no Paço Municipal, uma mediação de uma reunião. Não temos nem resposta, não é possível. A Câmara de Vereadores está no Outubro Rosa, está na luta pelas mulheres, está na luta pelas políticas públicas eu tenha falado que essa luta que vocês estão trazendo aqui não é corporativa, é na defesa exatamente das políticas públicas que vocês estão aí voluntariamente lutando para quê? Para não perder mulheres. Parabéns ao Imama, um grande Outubro Rosa e que a nossa categoria se orgulhe de ser mulher, de ser feminista e de ter compromisso com as políticas públicas.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Comandante Nádia): Obrigada, Ver.^a Sofia Cavedon. Agradecemos a presença da Sra. Maira Caleffi, Presidente do Imama; da Sra. Vice-Presidente Beatriz Moser; da Sra. Altair de Canto, Embaixadora, e de todas as que aqui vieram mostrar o seu trabalho e sua força. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h24min.)

(O Ver. Cláudio Janta reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta – às 16h26min): Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. João Bosco Vaz solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 09 a 11 de outubro de 2017. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego o PLL nº 258/17, de autoria do Ver. Tarciso Flecha Negra.

Esta Presidência faz um Requerimento solicitando a transferência do período de Grande Expediente para a próxima Sessão. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Nada mais havendo a tratar, estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h28min.)

* * * * *